

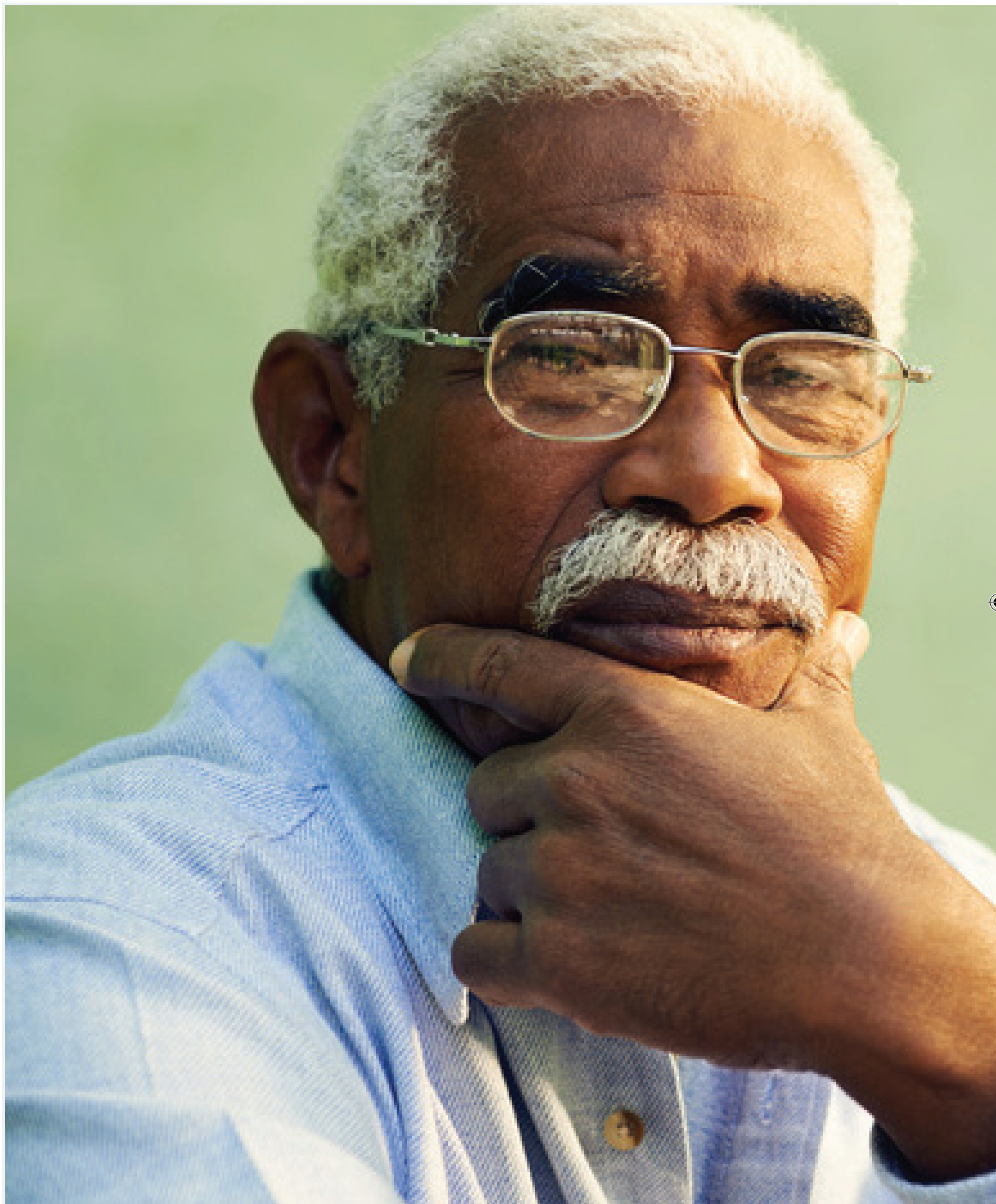


RELATÓRIO ANUAL 2014



RANDONPREV







ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE DOCUMENTOS.....	6
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS	10
NÚMEROS DA ENTIDADE	12
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	28
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA	29
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA.....	30
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV	31
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV ..	32
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV	33
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	46
PARECER ATUARIAL.....	48
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	58
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	60
RESUMO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	64
INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	66





CONSUMO CONSCIENTE NÃO É BLÁ BLÁ BLÁ...

Estamos vivendo um período de crise: a falta de água – um recurso que até então tínhamos a sensação de nunca acabar, pelo menos não agora... Mas 2015 já entrou para a história das crises hídricas. Em janeiro, a “seca” já tinha atingido cinco das dez maiores regiões metropolitanas do Brasil e a população precisou mudar seus hábitos radicalmente.

Diminuir o tempo no chuveiro, deixar de lavar o carro toda semana e reutilizar a água da máquina de lavar e da chuva foram algumas ações que já demonstraram como sentir na pele a falta de um recurso tão essencial para a sobrevivência faz com que todos repensem os exageros do consumo.

Por muito tempo, o tema consumo consciente era só teoria, mas este é um exemplo e tanto de como ele deve sair do papel e fazer parte, cada vez mais, do nosso cotidiano. Se cada um fizer a sua parte, já será suficiente para mudar alguns conceitos.

Se estabelecermos um paralelo da falta de água com o nosso planejamento financeiro, observaremos que existem muitas semelhanças. Afinal, quando falamos de dinheiro, a ideia é a mesma. Ele é um recurso importante e, se utilizado sem sabedoria e cautela, também fará falta no futuro.

Neste sentido a RandonPrev tem uma importante função, administrando planos de previdência complementar para a fase da aposentadoria dos seus participantes e, principalmente, disseminando os conceitos de formação de poupança e finanças, por meio dos materiais e ações que promove.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA DE MÃOS DADAS COM O CONSUMO CONSCIENTE

A educação financeira ajuda as pessoas a lidarem melhor com seus ganhos e gastos. Basicamente, devemos estar bem informados sobre o nosso dinheiro, controlar os excessos, reavaliar compras desnecessárias e dívidas mal planejadas, ou seja, devemos lembrar que o equilíbrio entre as nossas possibilidades e os nossos planos (qualquer que seja o tamanho ou prazo) é o ideal.

Quando observamos a educação financeira aliada ao consumo consciente, podemos dizer que o planejamento financeiro é um conceito mais amplo do que imaginamos, e vai além do dinheiro. É uma questão comportamental que envolve aspectos como estabelecimento de prioridades, consciência sobre planejamento para o futuro sem a perda da qualidade de vida no presente, imposição de limites, identificação das diferenças entre querer e precisar, entre outros.

E você, como está agindo para atingir a qualidade de vida que quer no futuro sem faltar recursos? Não deixe para fechar a torneira quando faltar o dinheiro. Planeje-se desde cedo! É hora de refletir!

Boa leitura!

Diretoria Executiva



GLOSSÁRIO DE DOCUMENTOS



ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) E DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Demonstração da mutação do ativo líquido é o documento contábil elaborado para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial), de forma consolidada e também por plano de benefícios, a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o ativo líquido da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado trimestralmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

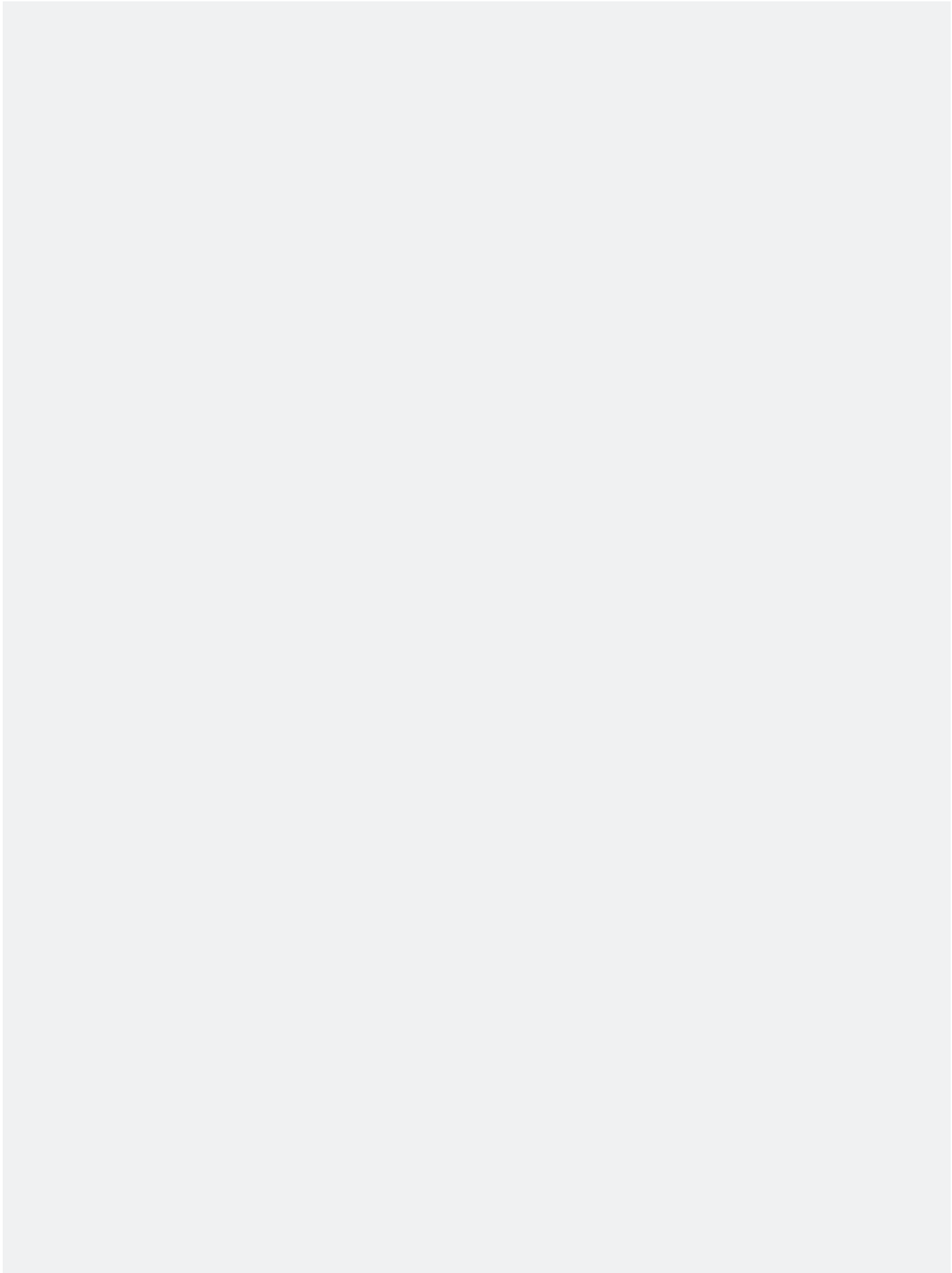
Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias. O conselho fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).





COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS





DIRETORIA

ADEMAR SALVADOR - DIRETOR SUPERINTENDENTE

JAIME MARCHET - DIRETOR

SÉRGIO MARTINS BARBOSA - DIRETOR

RUI DE OLIVEIRA BUENO - DIRETOR

CONSELHO DELIBERATIVO

ALEXANDRE RANDON - PRESIDENTE

ALEXANDRE DORIVAL GAZZI - VICE-PRESIDENTE

DANIEL RAUL RANDON - CONSELHEIRO

JOÃO PEDRO CRESPI - CONSELHEIRO

CONSELHO FISCAL

MAURICÉIA DOS SANTOS COUTO - PRESIDENTE

TÂNIA INÊS SARTORI - CONSELHEIRA EFETIVA REPRESENTANTE DAS PATROCINADORAS

NEIDE NAZARENO DALLAROSA - CONSELHEIRO EFETIVO REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES



NÚMEROS DA ENTIDADE



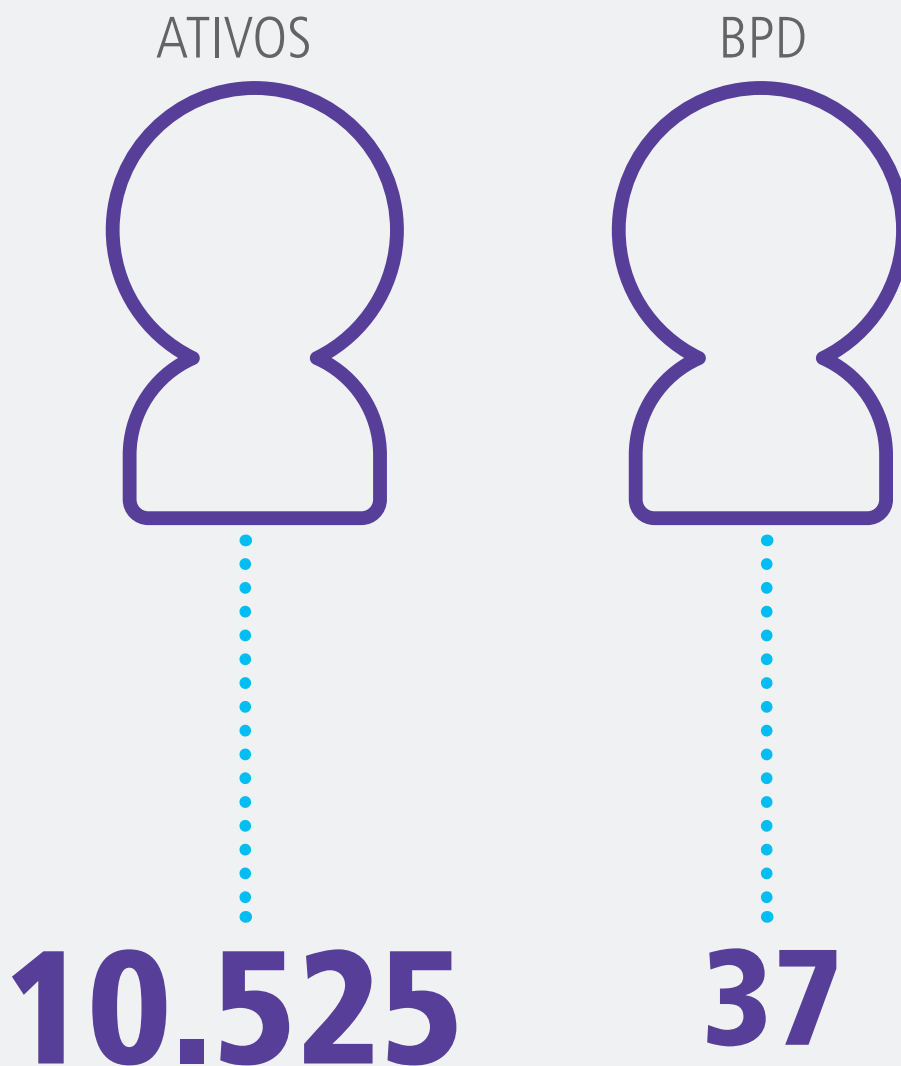


- 1. PERFIL DOS PARTICIPANTES**
- 2. RENTABILIDADE MENSAL**
- 3. RENTABILIDADE ACUMULADA**
- 4. SÉRIE HISTÓRICA ACUMULADA**
- 5. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO**
- 6. DESPESAS DA ENTIDADE**



1. PERFIL DOS PARTICIPANTES

Em dezembro de 2014, a RandonPrev contava com **10.880** participantes. Veja a distribuição por tipo de participação. Para o seu entendimento, esclarecemos que participantes ativos representam os atuais empregados das empresas patrocinadoras, participantes autopatrocinados representam os empregados que se desligaram da empresa e continuam participando do plano realizando as suas contribuições e as contribuições da patrocinadora, participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido representam os empregados que se desligaram da empresa e continuam no plano aguardando a elegibilidade para receber o benefício proporcional e os assistidos são os participantes ou beneficiários que estão recebendo benefício pelo plano.



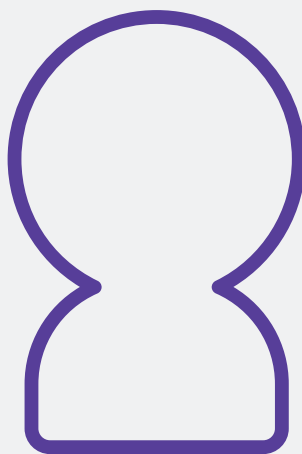


ASSISTIDOS



163

AUTOPATROCINADOS

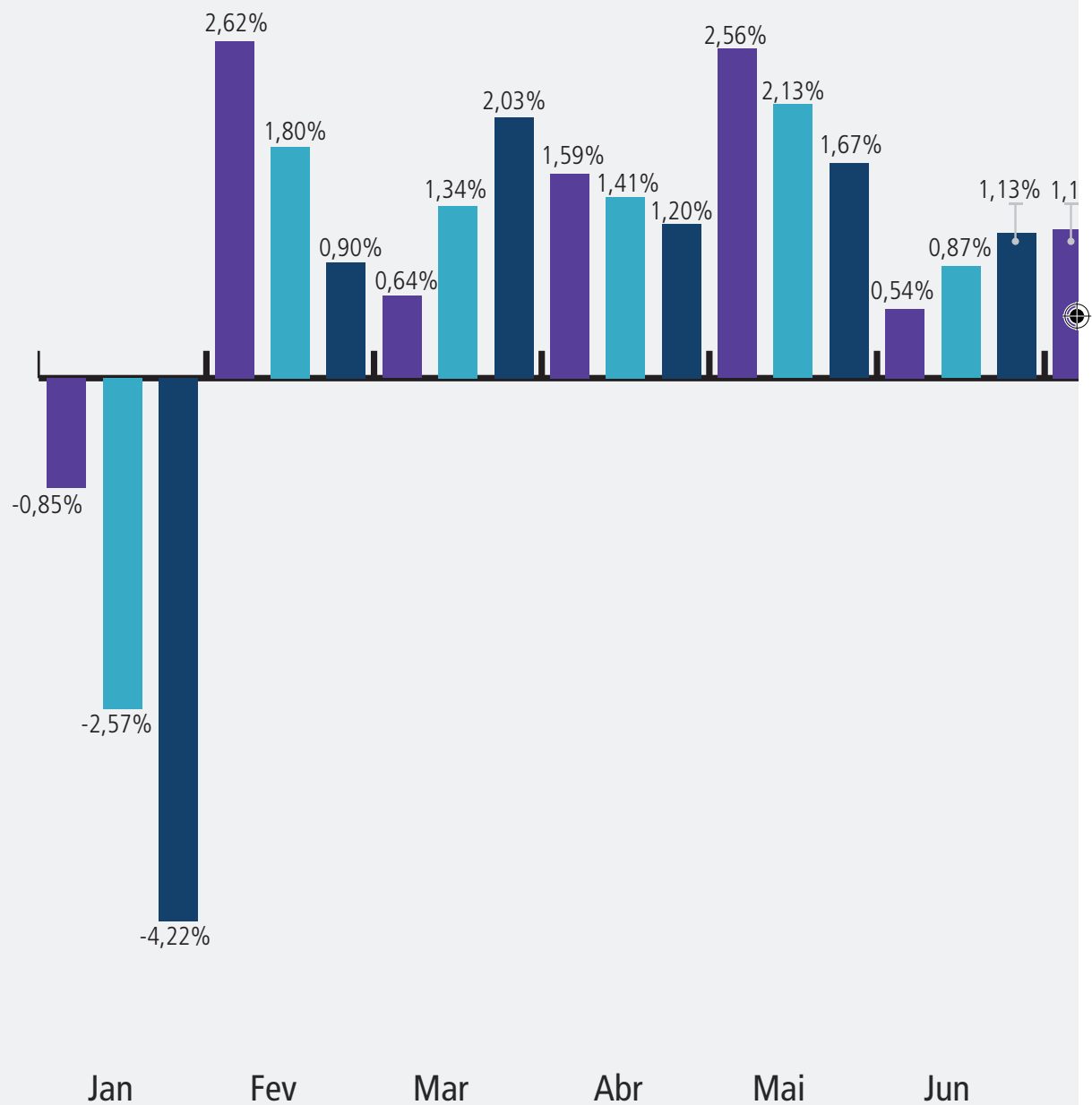


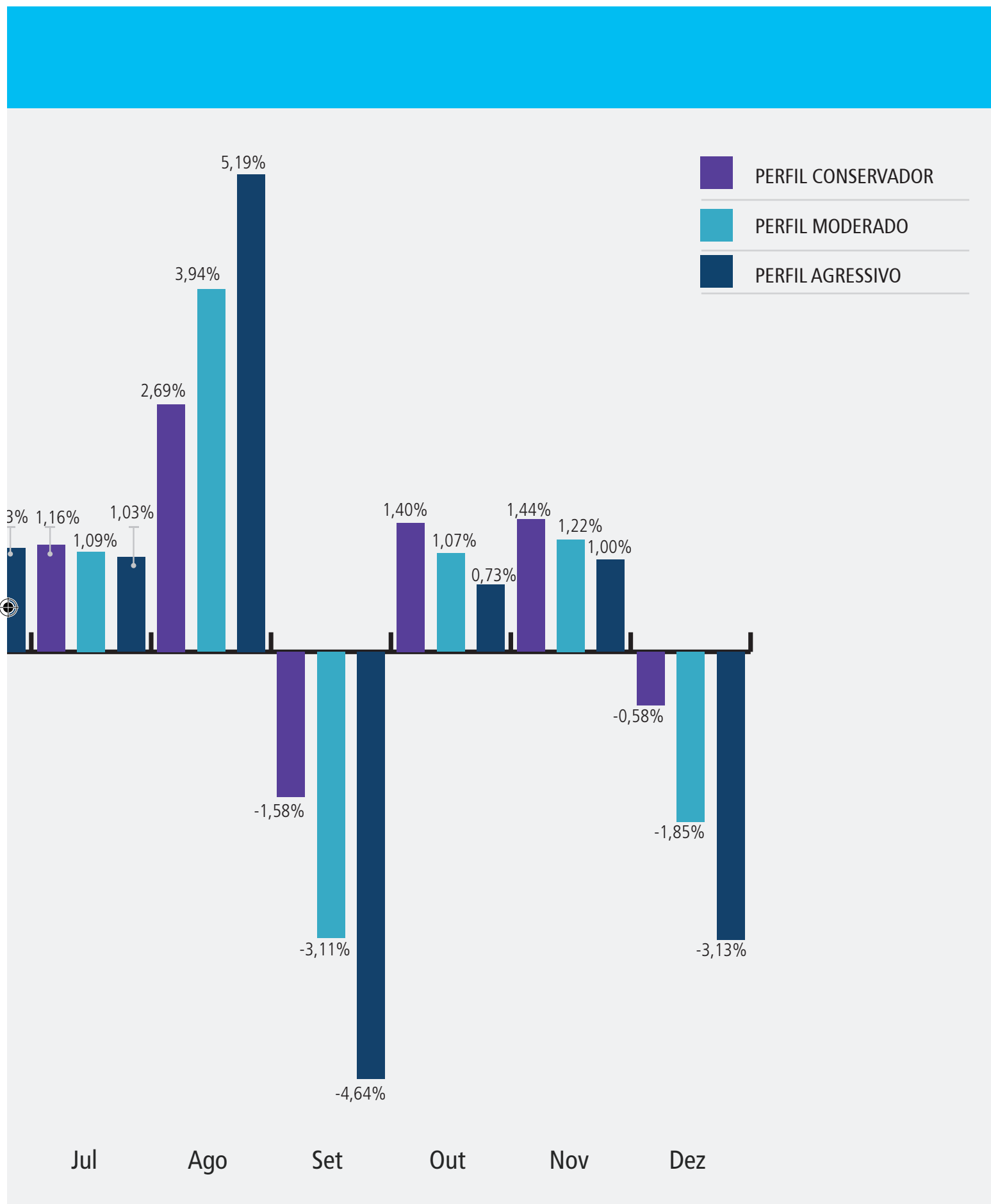
155



2. RENTABILIDADE MENSAL

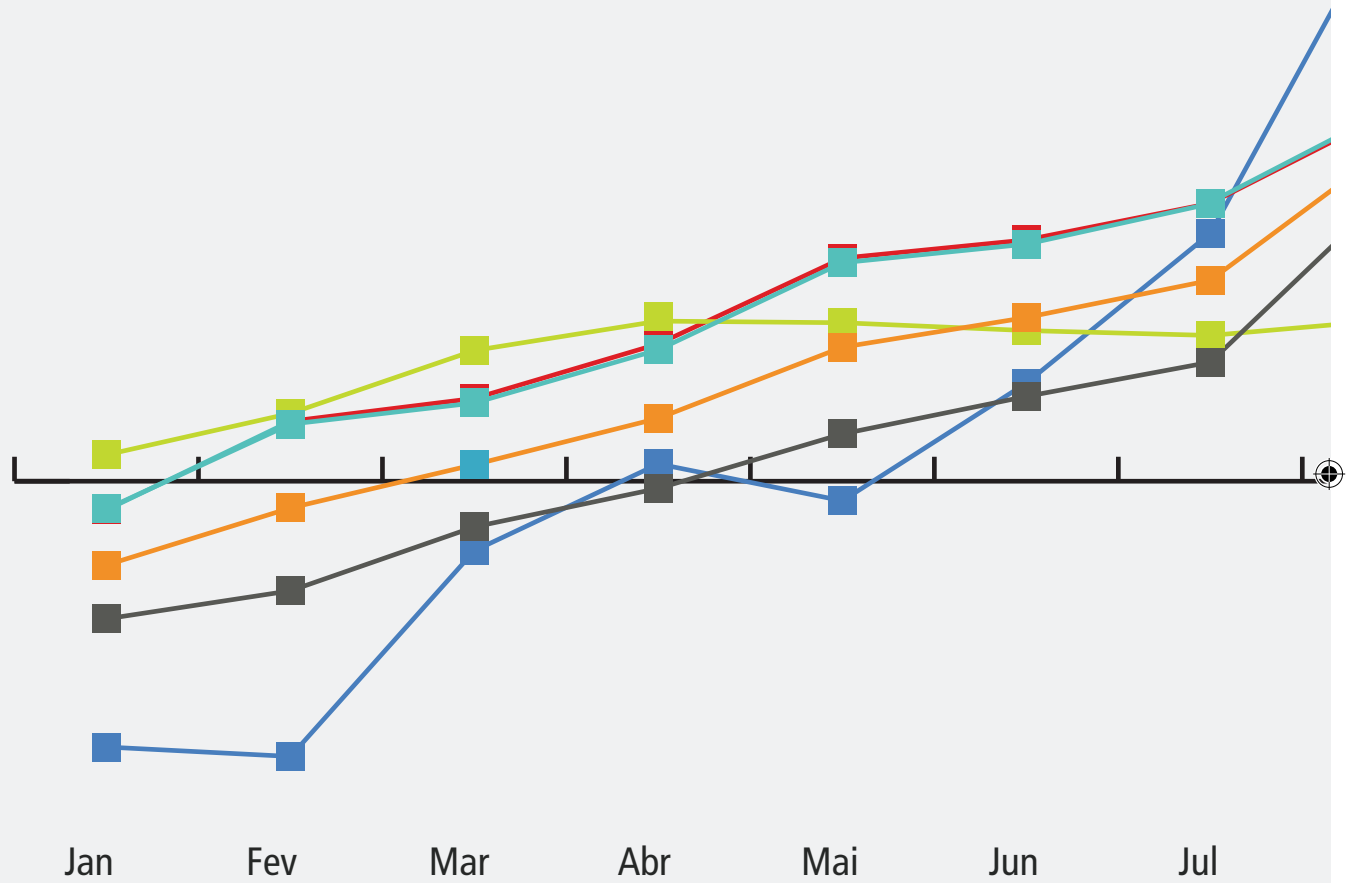
A rentabilidade das cotas dos planos corresponde à sua variação patrimonial. Contempla as movimentações relativas à entrada de contribuições, pagamentos de benefícios, resultados das aplicações financeiras e pagamento das despesas com gestão de investimentos.

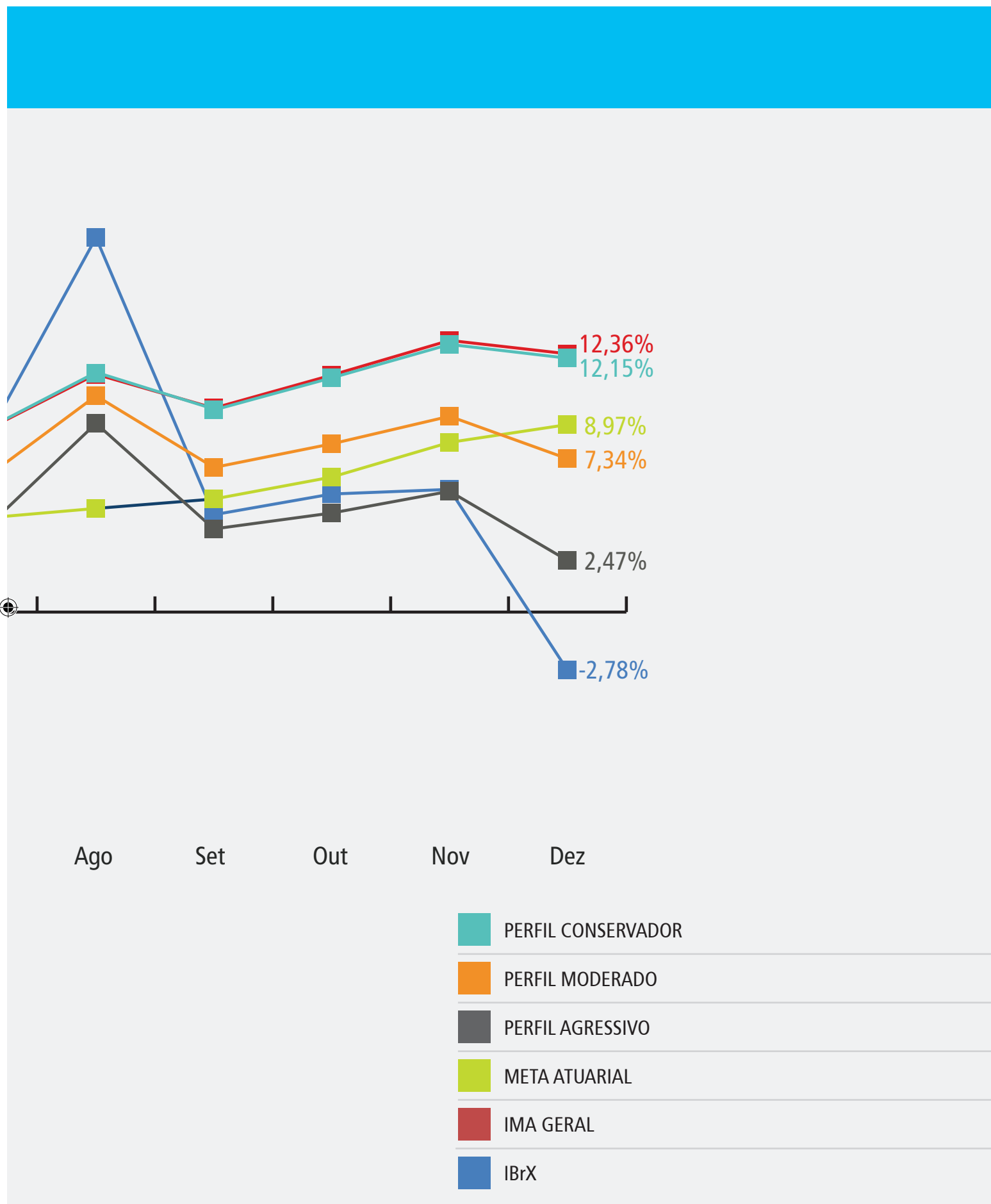




3. RENTABILIDADE ACUMULADA

É a rentabilidade acumulada de cada plano ou Perfil de Investimento em 2014, comparada com índices de mercado.

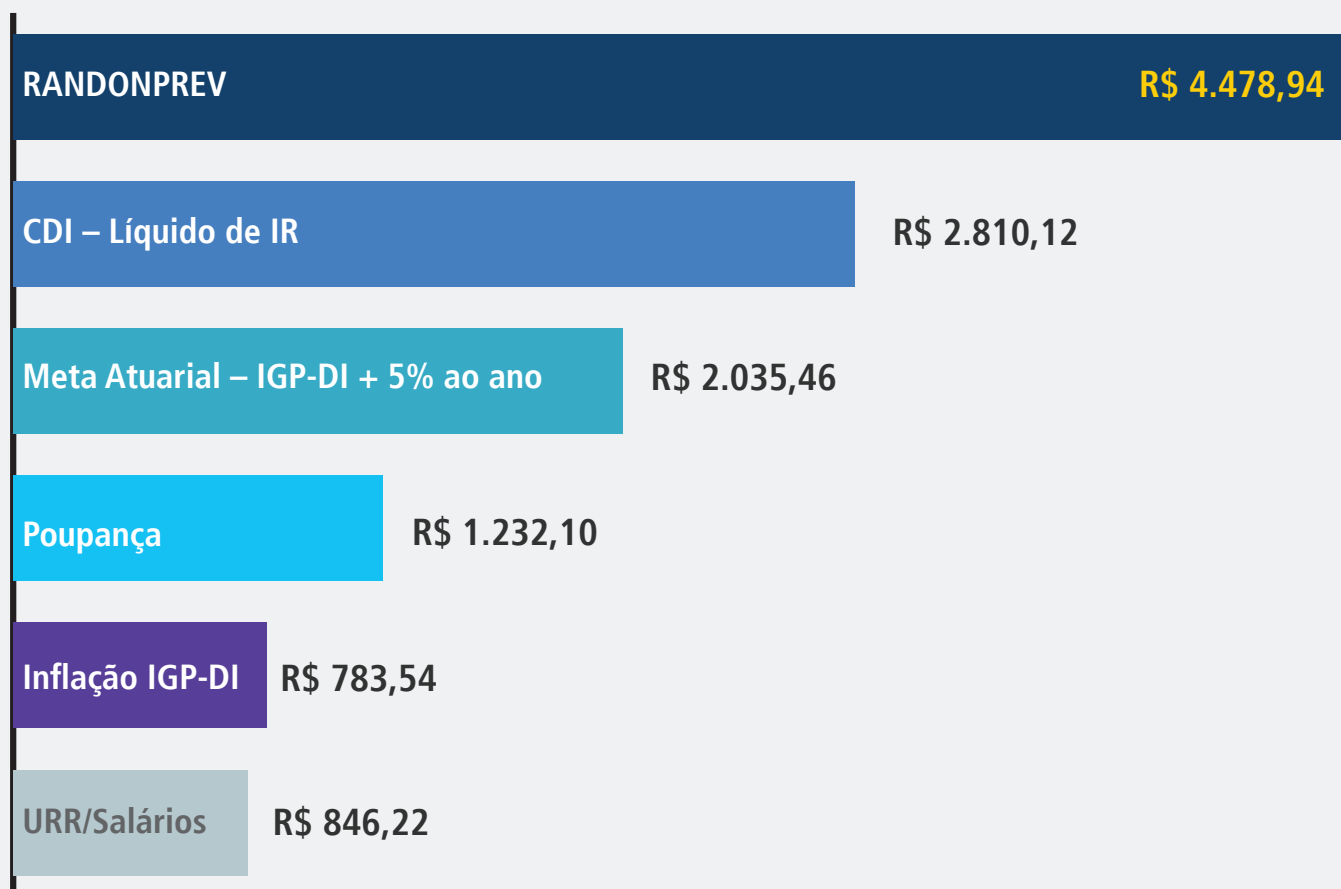


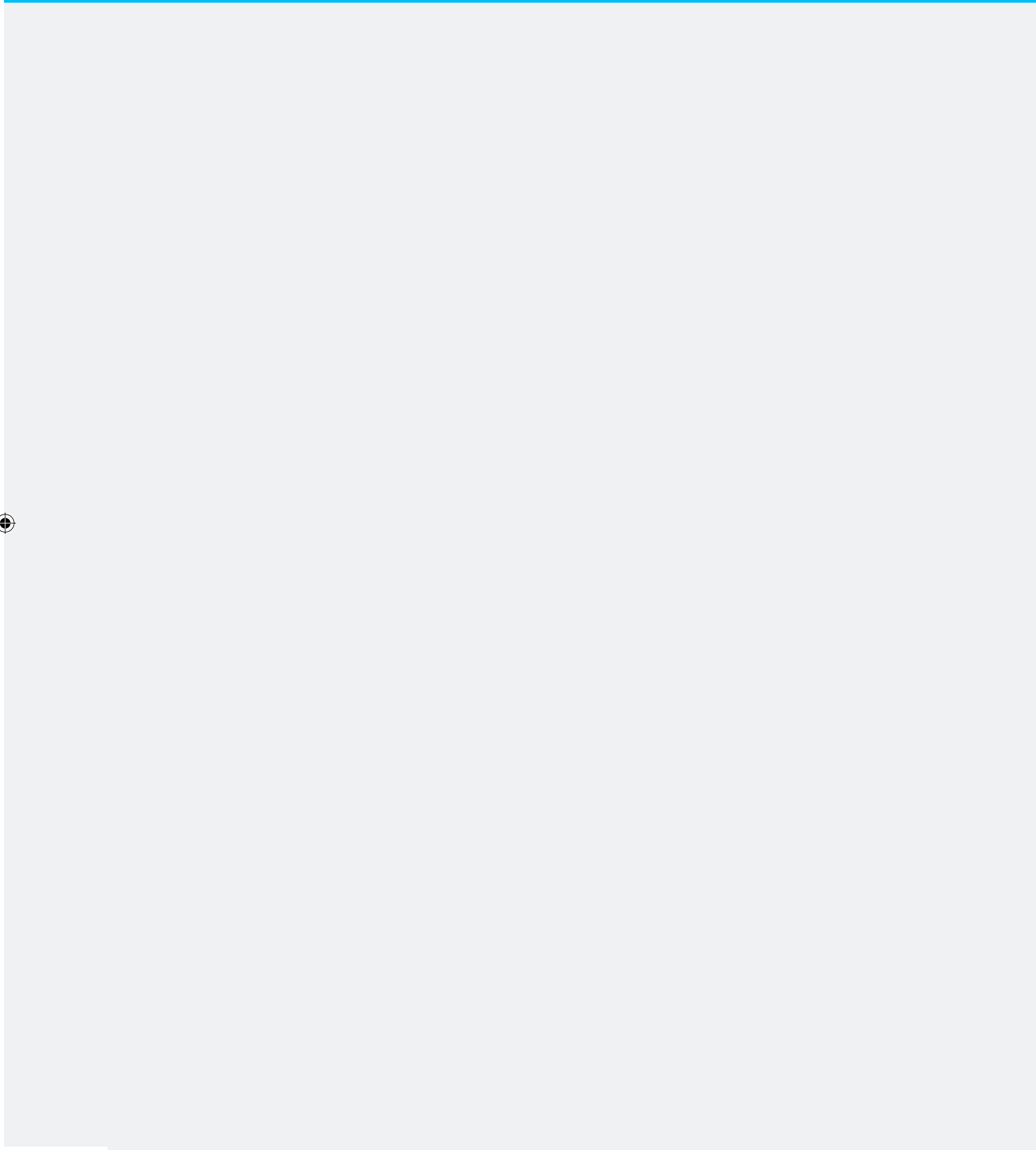


4. SÉRIE HISTÓRICA ACUMULADA

Veja, abaixo, o retorno que o RANDONPREV proporcionou aos seus participantes desde o início do Plano, em 10/Jun/1994, em comparação com outros investimentos até 31/Dez/2014.

Considerando um aporte único de **R\$ 100,00** em 10/jun/1994, você teria agora:

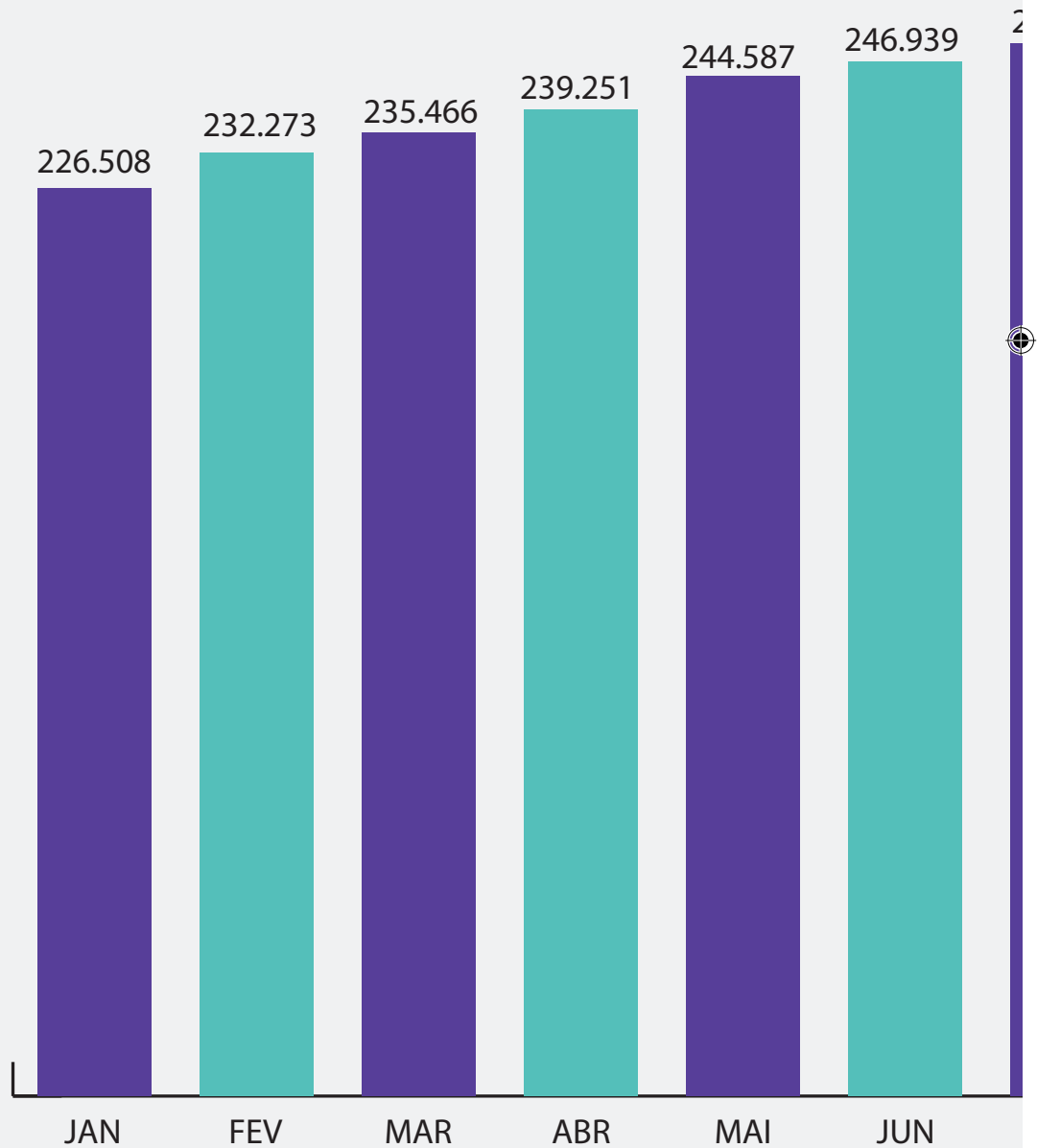




5. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da entidade é constituído de ativo (bens e direitos) menos o exigível operacional (benefícios a serem pagos e taxa de administração dos investimentos).

Valores apresentados em reais





6. DESPESAS DA ENTIDADE




O gasto total da RandonPrev em 2014 foi de **R\$ 2,1 milhões**, sendo R\$ 1,4 milhão com a administração da entidade e R\$ 753 mil com a administração dos investimentos.

Observe, a seguir, a distribuição das despesas da Entidade no ano de 2014.



50,65%	Pessoal e Encargos	R\$ 722.335,07
16,34%	Taxa de Administração do Passivo	R\$ 233.101,51
14,32%	Consultoria Atuarial	R\$ 204.176,95
8,85%	Demais Despesas	R\$ 126.194,34
7,61%	Tributos	R\$ 108.588,07
2,23%	Auditoria Contábil	R\$ 31.800,47

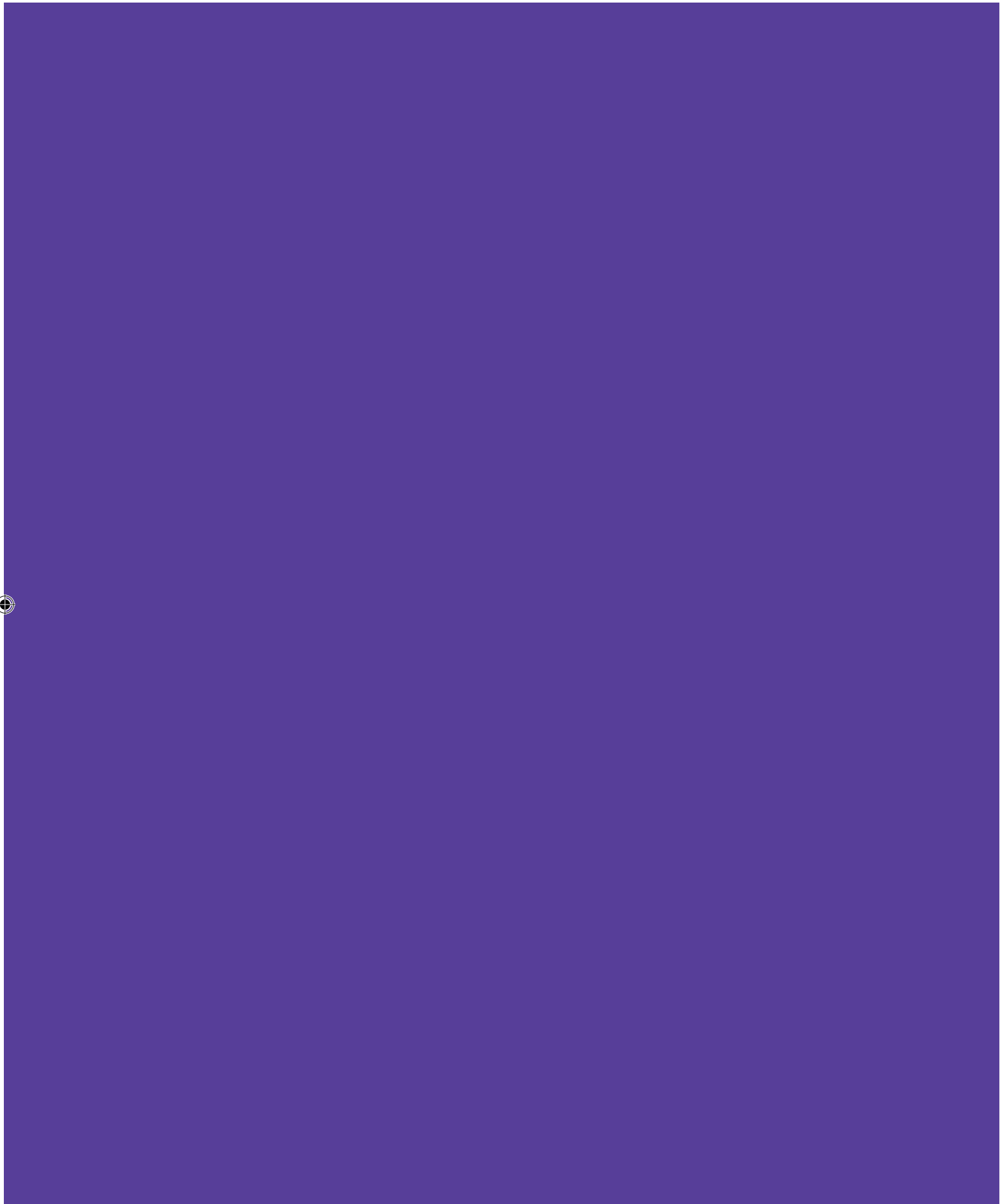


	80,95%	Taxa de Administração de Carteira	R\$ 610.352,84
	12,49%	Consultoria	R\$ 94.143,81
	6,56%	Demais Despesas	R\$ 49.468,50



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS





BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – EM MILHARES DE REAIS

Ativo	2014	2013
Disponível	13	50
Realizável	255.618	233.385
Gestão Previdencial	243	65
Gestão Administrativa	188	11
Investimentos	255.187	233.309
Ações	16.818	20.669
Fundos de Investimentos	238.369	212.640
Permanente	3	4
Imobilizado	3	4
Total do Ativo	255.634	233.439
Passivo	2014	2013
Exigível operacional	970	1.100
Gestão Previdencial	483	366
Gestão Administrativa	164	143
Investimentos	323	591
Patrimônio Social	254.664	232.339
Patrimônio de Cobertura do Plano	246.980	222.333
Provisões matemáticas	243.943	219.369
Benefícios concedidos	67.663	56.606
Benefícios a conceder	176.280	162.802
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(39)
Equilíbrio Técnico	3.037	2.964
Resultados realizados	3.037	2.964
Superávit técnico acumulado	3.037	2.964
Fundos	7.684	10.006
Fundos Previdenciais	6.315	9.227
Fundos Administrativos	1.369	779
Total do Passivo	255.634	233.439

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF nº 220.575.790-34

Ana Lucia Paoliello
Contadora
CRC nº 1SP170035/O-8
CPF nº 566.647.029-91

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – EM MILHARES DE REAIS

	2014	2013	Varição %
A) Patrimônio Social - início do exercício	232.339	234.388	(0,87%)
1. Adições	49.137	24.816	98,01%
(+) Contribuições Previdenciais	10.407	10.929	(4,78%)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	35.880	11.951	200,23%
(+) Receitas Administrativas	2.714	1.903	42,62%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativo	136	33	312,12%
2. Destinações	(26.812)	(26.865)	(0,20%)
(-) Benefícios	(5.841)	(6.423)	(9,06%)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(18.711)	(18.617)	0,50%
(-) Despesas Administrativas	(2.180)	(1.774)	22,89%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativo	(80)	(51)	56,86%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	22.325	(2.049)	(1189,56%)
(+/-) Provisões Matemáticas	24.574	3.190	670,34%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	73	(867)	(108,42%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.912)	(4.483)	(35,04%)
(+/-) Fundo Administrativo	590	111	431,53%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	254.664	232.339	9,61%

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF nº 220.575.790-34

Ana Lucia Paoliello
Contadora
CRC nº 1SP170035/O-8
CPF nº 566.647.029-91

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – EM MILHARES DE REAIS

	2014	2013	Varição %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	779	668	16,62%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.850	1.936	47,21%
1.1. Receitas	2.850	1.936	47,21%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.960	1.420	38,03%
Custeio Administrativo dos Investimentos	754	483	56,11%
Resultado Positivo dos Investimentos	136	33	312,12%
2. Despesas Administrativas	(2.180)	(1.774)	22,89%
2.1. Administração Previdencial	(1.426)	(1.291)	10,46%
Pessoal e encargos	(722)	(571)	26,44%
Treinamentos, congressos e seminários	-	(5)	(100,00%)
Viagens e estadias	(30)	(26)	15,38%
Serviços de terceiros	(493)	(559)	(11,81%)
Despesas gerais	(71)	(128)	(44,53%)
Depreciações e amortizações	(1)	(2)	(50,00%)
Tributos	(109)	-	(100,00%)
2.2. Administração dos Investimentos	(754)	(483)	56,11%
Serviços de terceiros	(706)	(459)	53,81%
Despesas gerais	-	(24)	(100,00%)
Tributos	(48)	-	(100,00%)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	(80)	(51)	56,86%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	590	111	431,53%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	590	111	431,53%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.369	779	75,74%

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF nº 220.575.790-34

Ana Lucia Paoliello
Contadora
CRC nº 1SP170035/O-8
CPF nº 566.647.029-91

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV

em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – EM MILHARES DE REAIS

	2014	2013	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	231.560	233.720	(0,92%)
1. Adições	48.247	24.300	98,55%
(+) Contribuições	12.367	12.349	0,15%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	35.880	11.951	200,23%
2. Destinações	(26.511)	(26.460)	0,19%
(-) Benefícios	(5.841)	(6.423)	(9,06%)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(18.711)	(18.617)	0,50%
(-) Custeio Administrativo	(1.959)	(1.420)	37,96%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.736	(2.160)	(1106,30%)
(+/-) Provisões Matemáticas	24.574	3.190	670,34%
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.912)	(4.483)	(35,04%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	73	(867)	(108,42%)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	253.296	231.560	9,39%
C) Fundos não previdenciais	1.369	779	75,74%
(+/-) Fundos Administrativos	1.369	779	75,74%

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF nº 220.575.790-34

Ana Lucia Paoliello
Contadora
CRC nº 1SP170035/O-8
CPF nº 566.647.029-91

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV

em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – EM MILHARES DE REAIS

	2014	2013	Variação %
1. Adições	255.542	233.338	9,52%
Disponível	13	48	(72,92%)
Recebível	1.613	844	91,11%
Investimento	253.916	232.446	9,24%
Ações	16.749	20.593	(18,67%)
Fundos de Investimentos	237.167	211.853	11,95%
2. Obrigações	(877)	(999)	(12,21%)
Operacional	(877)	(999)	(12,21%)
3. Fundos não previdenciais	(1.369)	(779)	75,74%
Fundos Administrativos	(1.369)	(779)	75,74%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	253.296	231.560	9,39%
Provisões Matemáticas	243.943	219.369	11,20%
Superávit/Déficit Técnico	3.037	2.964	2,46%
Fundos Previdenciais	6.315	9.227	(31,56%)

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF nº 220.575.790-34

Ana Lucia Paoliello
Contadora
CRC nº 1SP170035/O-8
CPF nº 566.647.029-91

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV

em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – EM MILHARES DE REAIS

	2014	2013	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	254.174	232.559	9,29%
1. Provisões Matemáticas	243.944	219.369	11,20%
1.1. Benefícios Concedidos	67.663	56.606	19,53%
Contribuição Definida	67.471	56.281	19,88%
Benefício Definido	192	325	-40,92%
1.2. Benefícios a Conceder	176.281	162.802	8,28%
Contribuição Definida	165.584	153.431	7,92%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	65.786	62.599	5,09%
Saldo de Contas - parcela participantes	99.798	90.832	9,87%
Benefício Definido	10.697	9.371	14,15%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	(39)	(100,00%)
(-) Serviço passado	-	(39)	(100,00%)
(-) Patrocinador (es)	-	(39)	(100,00%)
2. Equilíbrio Técnico	3.037	2.964	2,46%
2.1. Resultados Realizados	3.037	2.964	2,46%
Superávit técnico acumulado	3.037	2.964	2,46%
Reserva de contingência	2.722	2.424	12,29%
Reserva para revisão de plano	315	540	(41,67%)
3. Fundos	6.315	9.227	(31,56%)
3.1. Fundos Previdenciais	6.315	9.227	(31,56%)
4. Exigível Operacional	878	999	(12,11%)
4.1. Gestão Previdencial	483	366	31,97%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	395	633	(37,60%)

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF nº 220.575.790-34

Ana Lucia Paoliello
Contadora
CRC nº 1SP170035/O-8
CPF nº 566.647.029-91

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Randonprev Fundo de Pensão é uma entidade fechada de previdência complementar ("EFPC"), sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com seu funcionamento autorizado pela portaria nº 1.074 de 25 de abril de 1994 e operando a partir de 10 de junho de 1994.

O objetivo da Entidade é a administração e execução do plano de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido no seu Regulamento do Plano de Benefícios. Os benefícios concedidos pelo plano são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo.

O Randonprev tem como patrocinadoras: DRAMD Participações e Administração Ltda, Randon S.A. - Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Raul Anselmo Randon, Rasip Agro Pastoral S.A., Master Sistemas Automotivos Ltda., Randon Administradora de Consórcios Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., Fras-Le S.A., Randonprev Fundo de Pensão, Ravímia Corretora de Seguros Ltda., Castertech Fundação e Tecnologia Ltda., Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral - SSI Saúde, Associação Esportiva e Recreativa Randon - SER Randon, Cooperativa E.C.M.E das Empresas Randon e Instituto Elisabetha Randon Pró Educação e Cultura.

O plano de benefícios administrado pelo Randonprev foi adequado aos novos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução CGPC nº 6 de 30 de outubro de 2003, sendo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 30 de novembro de 2005 de acordo com o Ofício 2.270/SPC/DETEC/CGAT.

Em 31 de dezembro de 2014, o Randonprev conta com 10.621 (11.775 em 31 de dezembro de 2013) participantes e 155 (137 em 31 de dezembro de 2013) em gozo de benefícios.

A partir de 1º de abril de 2012 iniciou-se a operacionalização dos perfis de investimento da Randonprev utilizando as opções realizadas pelos participantes e assistidos por um dos perfis de investimento: agressivo, conservador ou moderado. Os participantes que já estejam recebendo benefício sob a forma de renda mensal vitalícia pelo plano tiveram seus recursos alocados no perfil conservador.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - DC/Previc nº 05 de 08 de setembro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, referente à Normas Específicas para os Procedimentos Contábeis, alterada pela Instrução Previc nº 06, de 13 de novembro de 2013, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdenciais, assistencial (quando for o caso), administrativa e de investimentos, proporcione informações adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

(a) Apuração do resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência dos exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados diferidos (BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

(b) Ativo Realizável

Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

(c) Realizável - Programa de Investimentos

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício.

Nos termos da Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e da Resolução nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização.
- Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos em renda fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do exercício e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

As aplicações em fundos de renda variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações contábeis. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Anbima;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

(c.1) Custódia de títulos

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão registrados na Cia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), por meio do Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A., em atendimento a Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

(d) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(e) Patrimônio Social - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente, em conformidade com os critérios fixados pela Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social - MPS.

Benefícios concedidos - Referem-se ao valor atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes à benefícios a pagar aos participantes já em gozo do benefício.

Benefícios a conceder - Correspondem a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e das reservas relativas aos benefícios de risco.

Benefícios do plano com a geração atual - Referem-se ao valor, atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes à benefícios a conceder aos participantes.

Provisões matemáticas a constituir - Corresponde à parcela a integralizar relativa aos benefícios concedidos e a conceder apurada por ocasião da avaliação atuarial, conforme disposto na Resolução nº 11 de 5 de setembro de 2002.

(f) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

(g) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da RandonPrev são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo e esta em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

(h) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

4. DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

	2014	2013
Imediato		
Banco Bradesco S.A.	11	1
	11	1
Vinculado		
Banco Itaú S.A.	2	2
Banco Bradesco S.A.	-	47
	2	49
	13	50

5. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

	2014	2013
Recursos a receber		
Patrocinadoras	192	36
Participantes	51	29
	243	65

Refere-se às contribuições a receber dos participantes do plano e das patrocinadoras referente principalmente a competência do mês anterior.

6. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A totalidade do valor de R\$ 188 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2013), refere-se à tributos a compensar e adiantamentos salariais.

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Composição da carteira

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A Randonprev classificou todos os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos como títulos para negociação.

	Natureza	2014	2013
Fundos de Investimentos (i)			
Referenciado	Privada	4.708	4.482
Renda fixa	Privada	178.601	157.571
Ações	Privada	41.324	39.781
Multimercado	Privada	11.283	8.368
Imobiliário	Privada	2.453	2.438
		238.369	212.640

	Natureza	2014	2013
Ações			
Ações no mercado à vista (ii)	Privada	16.769	19.953
Valores a receber	Privada	-	669
Juros/Dividendos a receber	Privada	49	47
		16.818	20.669
		255.187	233.309

(i) Os fundos de investimento financeiros não são exclusivos da Randonprev.

(ii) Referem-se a ações de primeira linha com marcação diária e negociações frequentes no mercado de ações.

Detalhamento dos investimentos:

Fundo	Administrador	2014
Itaú perfil referenciado DI	Itaú Unibanco S.A.	4.708
Itaú vértice c renda fixa	Itaú Unibanco S.A.	3.066
Itaú unibanco portfólio irf-m	Itaú Unibanco S.A.	25.168
Itaú - unibanco master ima-b 5+	Itaú Unibanco S.A.	6.805
Itaú - unibanco master irf-m	Itaú Unibanco S.A.	3.434
Itaú - unibanco master ima-b 5	Itaú Unibanco S.A.	4.340
Itaú unibanco portfólio ima-b 5	Itaú Unibanco S.A.	3.741
Itaú - unibanco master ima-b 5+	Itaú Unibanco S.A.	7.650
Itaú previdência IBRX	Itaú Unibanco S.A.	11.861
Itaú fidelidade T	Itaú Unibanco S.A.	3.426
Itaú-unibanco fidelidade W	Itaú Unibanco S.A.	5.360
Itaú FOF RPI 30	Itaú Unibanco S.A.	7.787
FOF multi global equities	Itaú Unibanco S.A.	2.497
KINEA PIPE	Intrag DTVM Ltda	2.626
Fundo de investimento imobiliário	Rio Bravo Administradora	2.453
BRAM IMA	Banco Bradesco S.A.	124.398
BRADESCO BRD NI	Banco Bradesco S.A.	5.328
Fundo fator sinergia IV	Banco Fator S.A.	13.721
Saldo em 31 dezembro de 2014		238.369
Saldo em 31 de dezembro de 2013		212.640

Ação	2014	%
ITUB4 - ITAU UNIBANCO PN	2.235	13%
BBDC4 - BRADESCO PN EB	1.736	10%
ABEV3 - AMBEV ON	1.162	7%
PETR4 - PETROBRAS PN	1.122	7%
BRFS3 - BR FOODS ON	1.060	6%
Demais ações	9.454	56%
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.769	100%
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.953	

Composição por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro, a carteira de títulos era composta de:

	Faixas de vencimento (em dias)	2014		2013	
		Valor investido atualizado	Valor de mercado (contábil)	Valor investido atualizado	Valor de mercado (contábil)
Fundos de investimentos	Indeterminado	238.369	238.369	212.640	212.640
Renda Variável - Ações	Indeterminado	16.818	16.818	20.669	20.669
Totais		255.187	255.187	233.309	233.309

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Ações de companhia abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário da Bolsa de Valores.
- Cotas de fundos de investimentos, pelo valor da cota divulgada pelo administrador do fundo na data do balanço.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional da Entidade apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Gestão previdencial		
Utilizações a pagar	417	364
Retenções a recolher	66	2
	483	366
Gestão administrativa		
Despesas a pagar	124	126
Retenções a recolher	40	9
Outras exigibilidades	-	8
	164	143
Programa de investimentos		
Renda variável - mercado de ações a pagar	323	591
	323	591

A totalidade do valor da rubrica outras exigibilidades na gestão administrativa, refere-se a tributos a recolher.

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

As provisões matemáticas e os fundos foram constituídos de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário contratado, Towers Watson em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

As principais premissas adotadas no cálculo atuarial de 2014 e 2013 foram as seguintes:

Modalidade	2014	2013
Taxa real anual de juros (i)	4,75% a.a.	5,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (i)	2,50% a.a.	3,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários) (i)	97%	98%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios) (i)	97%	98%
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Hipótese sobre rotatividade	Experiência Randonprev 2008 a 2012	Experiência Randonprev 2008 a 2012
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 10%	AT-2000 Basic desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944 Modificada	RRB-1944 Modificada
Composição Familiar	Assistidos: Cônjuges informados	Assistidos: Cônjuges informados

(i) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas considera o método de Capitalização Financeira para os benefícios programados, Crédito Unitário para o Benefício Mínimo e Sistema Misto para os benefícios de risco. Como premissa de projeção do crescimento salarial real utilizou-se o percentual de 2,50% a.a. nas estimativas atuariais.

(a) Benefícios Concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

(b) Benefícios a Conceder***b1) Parcela de benefício definido***

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de suplementação de aposentadorias, e o valor atual das contribuições que por eles e pelas patrocinadoras venham a ser recolhidas aos cofres da Entidade para sustentação dos referidos compromissos (saldo de conta projetado para os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e benefício mínimo).

b2) Parcela de contribuição definida

Correspondem às contribuições individuais dos participantes acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.

Composição/Movimentação das Provisões Matemáticas

	2013	Constituição (reversão) no exercício	2014
Provisões matemáticas			
Benefícios concedidos	56.606	11.057	67.663
Contribuição definida	56.281	11.190	67.471
Benefício definido	325	(133)	192
Benefícios a conceder	162.802	13.478	176.280
Contribuição definida	153.431	12.152	165.583
Benefício definido	9.371	1.326	10.697
(-) Provisões matemáticas a constituir	(39)	39	-
(-) Serviço passado	(39)	39	-
	219.369	24.574	243.943

Provisões matemáticas a constituir

A provisão matemática a constituir decorre do compromisso assumido pelas patrocinadoras para atender às metas do plano. E estão constituídas como segue:

- Serviço passado

Em 31 de dezembro de 2013 é no valor de R\$ 39 e corresponde aos compromissos assumidos pelas patrocinadoras relativos ao tempo anterior ao início do plano de benefícios e que, de acordo com o estabelecido atuarialmente, estão sendo pagos em 20 anos a partir de 10 de junho de 1994 e registrados de acordo com a Instrução Normativa SPC nº 35 de 1º de abril de 2002.

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

A movimentação do superávit técnico, durante o exercício de 2014, pode ser resumida como segue:

	2013	Constituição (reversão) no exercício	2014
Superávit técnico acumulado	2.964	73	3.037
Reserva de contingência	2.424	298	2.722
Reserva especial para revisão do plano	540	(225)	315

A Reserva de Contingência, constituída pelo superávit técnico acumulado, está limitada a 25% (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas atuarialmente calculadas, conforme artigo 7 da Resolução CGPC nº 26/2008, servindo de garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

Já a Reserva Especial para Revisão do Plano corresponde ao superávit técnico excedente à Reserva de Contingência, conforme estabelece o artigo 8 da Resolução CGPC nº 26/2008. Em 2014 é o segundo ano consecutivo de sua constituição e conforme o artigo 12 da referida Resolução a Entidade poderá rever o plano de benefícios de forma voluntária ou obrigatória após o decurso de três exercícios.

Fundo de Reversão de Contribuições

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo Reversão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do plano de Benefício Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos "Fundo Previdencial - participantes 2011" e o "Fundo Previdencial - patrocinadoras 2011", para compensar o saldo de contribuição por parte das patrocinadoras.

O "Fundo Previdencial - patrocinadora", atribuível às patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev, foi constituído no valor de R\$ 3.586 em 31 de dezembro de 2013. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o fundo possui R\$ 515 de saldo para compensação

O "Fundo Previdencial - participante", atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios RandonPrev, foi constituído no valor de R\$ 1.902 em 31 de dezembro de 2014. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o fundo possui R\$ 2.251 de saldo para compensação

Fundo Administrativo

É constituído mensalmente e consiste no resultado apurado entre as despesas, receitas e transferências entre Programas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do fundo administrativo é de R\$ 1.369 (R\$ 779 em 31 de dezembro de 2013).

A movimentação dos fundos, durante o exercício de 2014, pode ser resumida como segue:

	2013	Constituição (reversão) no exercício	2014
Fundo de Reversão	3.390	508	3.898
Fundo de Revisão de Plano			
Fundo de Revisão de Plano Patrocinadora	3.586	(3.071)	515
Fundo de Revisão de Plano Participante	2.251	(349)	1.902
Fundo Administrativo	779	590	1.369
Total dos fundos	10.006	(2.322)	7.684

11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Em atendimento a Resolução CGPC Nº 28, a Randonprev elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa - PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

Atendendo à Instrução PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, destacamos que as regras contidas nas Resoluções MPS/CNPC nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, que vigoram obrigatoriamente a partir do exercício de 2015.

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

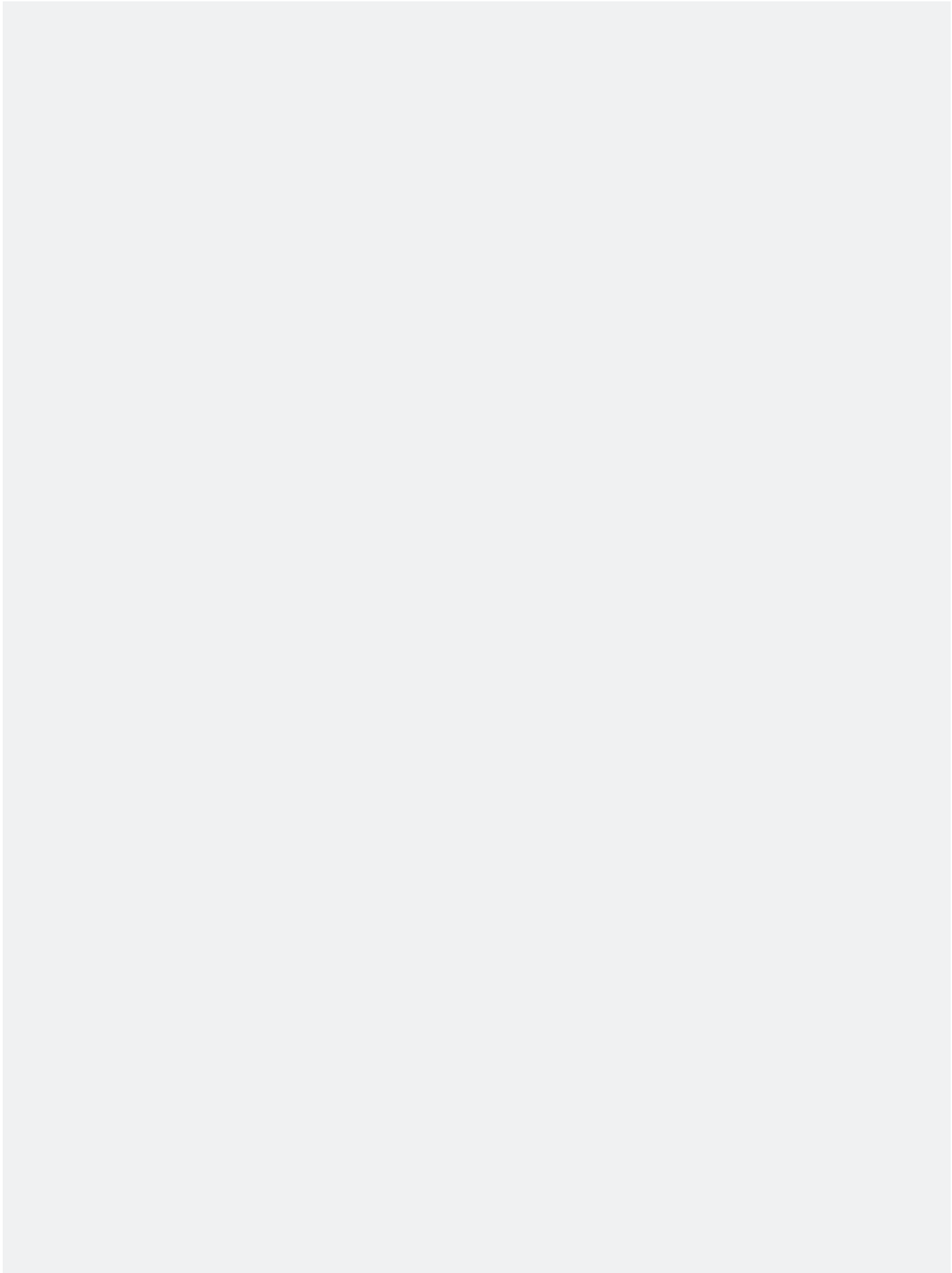
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Entidade não apresentava saldos decorrentes de operações conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

Ana Lucia Paoliello
Contadora
CRC nº 1SP170035/O-8
CPF nº 566.647.029-91

13. EVENTO SUBSEQUENTE

A Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, alterou a periodicidade de envio dos balancetes e demonstrativos de investimentos à PREVIC, que passarão a ser enviados mensalmente e tiveram novas contas incluídas na Planificação Contábil Padrão.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
Randonprev Fundo de Pensão
Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Randonprev Fundo de Pensão ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles

internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randonprev Fundo de Pensão em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de março de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Porto Alegre, 25 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk

Contador CRC RS-041241/O-2

PARECER ATUARIAL

Plano de Benefícios

Randonprev

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Benefícios Randonprev do RANDONPREV – Fundo de Pensão, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela RANDONPREV posicionado em 31/08/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pelo Randonprev, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev são:

- Banco Randon S.A.,
- Randon S/A Implementos e Participações,
- Randon Implementos para o Transporte Ltda.,
- Raul Anselmo Randon,
- Rasip Alimentos S/A,
- Master Sistemas Automotivos Ltda.,
- Randon Administradora de Consórcios Ltda.,
- Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.,
- Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.,
- Fras-Le S/A,
- Randonprev Fundo de Pensão,
- Rar Corretora de Seguros Ltda.,
- Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.,
- Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral,
- DRAMD Participações e Administração Ltda.,
- Associação Esportiva e Recreativa SER Randon,
- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Randon e,
- Instituto Elisabetha Randon.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

As patrocinadoras são solidárias no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pelo Randonprev aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Randonprev.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela portaria nº 10 da Previc, de 17/01/2012, publicada no D.O.U de 18/01/2012.

I – Estatísticas**Benefícios a Conceder 31/08/2014**

Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)

Número	11.343
Idade média (em anos)	34,5
Tempo de serviço médio (em anos)	7,2

Participantes em aguardo de benefício proporcional¹

Número	30
--------	----

Benefícios Concedidos 31/08/2014

Número de aposentados válidos	150
Idade média (em anos)	63,4
Valor médio do benefício	2.640,36
Número de aposentados inválidos ²	0
Idade média (em anos)	0
Valor médio do benefício	0
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	0
Idade média (em anos)	0
Valor médio do benefício	0
Número de pensionistas (grupos familiares)	7
Idade média (em anos)	58,9
Valor médio do benefício	3.312,00

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e o Randonprev e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 7 de 12/12/2013.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos referentes à parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
Taxa real anual de juro	4,75% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.	3,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	97%	98%
Benefícios do plano	97%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2014	2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 modificada	RRB-1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência Randonprev 2008 a 2012	Experiência Randonprev 2008 a 2012

¹ Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic suavizada em 10%.

Outras hipóteses	2014	2013
Composição familiar		
Benefícios concedidos (parcela de benefício definido)		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pelo RANDONPREV para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em agosto/2013 e pelo estudo de aderência da hipótese de crescimento salarial realizado em outubro/2014 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 53%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,75% a.a. Assim, pode-se afirmar, com um bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,75% a.a. para o Plano de Benefícios RANDONPREV, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

As alterações promovidas na Resolução CGPC nº 18/2006 pela Resolução MPS/CGPC nº 15 de 24/11/2014 produzirá efeitos, de forma facultativa e a critério da EFPP, a partir da data de publicação, e de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015. O Randonprev decidiu aplicar somente na avaliação regular de 2015.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios RANDONPREV, realizou, em outubro de 2014, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09 de 29/11/2012 e na Instrução nº 7 de 12/12/2013, apresentando o crescimento salarial real de 2,50% a.a.

As patrocinadoras consideraram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, pagos na forma de renda por prazo certo em reais, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,4%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios RANDONPREV, realizou, em agosto de 2013, estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Rotatividade. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2014 são as indicadas por esse estudo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Benefícios são avaliados pelo Regime de Capitalização, conforme descritos a seguir:

- Aposentadoria Normal, Antecipada, Aposentadoria por Invalidez, Benefício Proporcional, Pensão por Morte, Portabilidade e Resgate de Contribuições: Método de Capitalização Financeira;
- Benefício Mínimo e parcela de benefício definido dos benefícios de Invalidez e Pensão por Morte: Método do Crédito Unitário.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço do Randonprev de 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Social é de R\$ 254.664.565,10.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	246.980.413,22
Provisões Matemáticas	243.943.335,10
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>67.663.131,21</i>
Contribuição Definida	67.471.417,63
Saldo de Conta de Assistidos	67.471.417,63
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	191.713,58
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	169.708,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	22.005,17
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>176.280.203,89</i>
Contribuição Definida	165.583.770,13
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	65.786.049,23
Saldo de Contas – Parcela Participantes	99.797.720,90
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	9.496.733,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	16.564.888,15
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(7.068.154,74)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.199.700,35
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.029.368,36
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(829.668,01)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	3.037.078,12
Resultados Realizados	3.037.078,12
Superávit Técnico Acumulado	3.037.078,12
Reserva de Contingência	2.722.036,84
Reserva Especial para Revisão de Plano	315.041,28
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	7.684.151,88
Fundo Previdencial	6.315.189,48
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	3.897.590,12
Revisão de Plano	2.417.599,36
Patrocinadoras 2011	515.539,17
Participantes 2011	1.902.060,19
Fundo Administrativo	1.368.962,40
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo Reversão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do Plano de Benefícios Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos "Fundo Previdencial – participantes 2011" e o "Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011".

O "Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011", atribuível às patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev, foi constituído com uma parte da Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível às patrocinadoras foi equivalente a 68,87% da Reserva Especial total constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado nessa data. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

O "Fundo Previdencial – participantes 2011", atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios Randonprev, foi constituído com uma parte da Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível aos participantes, assistidos e autopatrocinados foi equivalente a 31,13% da Reserva Especial constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado nessa data. Esse fundo foi segregado entre participante ativo, assistido e autopatrocinado na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2011. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

Os percentuais aplicados à Reserva Especial constituída em 31/12/2011 para criação dos fundos descritos acima foram apurados com

base na proporção dos valores correspondentes às contribuições normais realizadas pelos participantes, autopatrocinados e patrocinadoras em 2009, 2010 e 2011.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial em 31/12/2014 comparado com o passivo atuarial em 31/12/2013 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2014.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	243.943.335,10	244.322.341,44	-0,16%
Benefícios Concedidos	67.663.131,21	67.663.180,03	0,00%
Contribuição Definida	67.471.417,63	67.471.417,63	-
Benefício Definido	191.713,58	191.762,40	-0,03%
Benefícios a Conceder	176.280.203,89	176.659.161,41	-0,21%
Contribuição Definida	165.583.770,13	165.583.770,13	-
Benefício Definido	10.696.433,76	11.075.391,28	-3,42%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 243.943.335,10, 4,46% (R\$ 10.888.147,34) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 95,54% restantes (R\$ 233.055.187,76) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade do Randonprev – Fundo de Pensão.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pelo Randonprev, consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

VI – PLANO DE CUSTEIO

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2015, as contribuições equivalentes a 0,89% da folha de salários de participantes, sendo 0,26% correspondente à contribuição para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano e 0,63% para a cobertura das despesas administrativas.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em 1,16% da folha de salários de participantes correspondente à contribuição normal e 0,01% correspondente à contribuição especial, na hipótese de todos os empregados elegíveis a efetuar contribuições ao plano o façam pelo percentual máximo.

As patrocinadoras poderão utilizar durante o ano de 2015, mediante reversão mensal, os recursos existentes no “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011”, desde que sejam suficientes para financiar as contribuições normais mensais da patrocinadora (contribuição para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano, bem como as contribuições definidas no regulamento do plano). Esgotados os recursos existentes no “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011” ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura dessas contribuições do mês as patrocinadoras deverão retomar o recolhimento mensal das contribuições.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, as quais foram estimadas em 0,69% da folha de salários de participantes, sendo 0,66% correspondente à contribuição básica e 0,03% correspondente à contribuição adicional, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 31/08/2014.

Autopatrocínados e Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar as contribuições de participantes e patrocinadoras definidas no regulamento, além da contribuição de 0,26% do salário de participação para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano.

Também os participantes autopatrocinados e os que estão no aguardo do recebimento do benefício proporcional diferido deverão efetuar a contribuição de 0,63% do salário de participação para custeio das despesas administrativas.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/01/2015)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal (benefício mínimo e parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano)	0,26	0,25
Serviço Passado	-	0,01
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,26	0,26

VII – CONCLUSÃO

O superávit do Plano de Benefícios do Randonprev – Fundo de Pensão decorre da alteração no perfil da população e dos retornos dos investimentos obtidos ao longo dos anos, bem como da reversão do Fundo de Ganhos e Perdas Atuariais existente no balancete de 31/12/2008 em função da Resolução CGPC nº 26/2008.

Apesar de o resultado superavitário apresentar Reserva Especial pelo 3º ano consecutivo, não se aplica a revisão de plano, conforme determina a Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pelas Res. nº 10/2012, nº 13/2013, nº 14/2014 e nº 16/2014, pois quando apurado o resultado com a taxa de juros de 4,5% a.a. (teto da taxa real anual de juros para o exercício de 2014, 5,5% a.a., reduzida de um ponto percentual) deixamos de ter Reserva Especial, ficando todo o superávit técnico em Reserva de Contingência.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios do RANDONPREV – Fundo de Pensão, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2015

Lenir Cavalcanti
Consultora Sênior

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco
MIBA nº 842

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhes são conferidas pelo Estatuto vigente e com fulcro nas disposições da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, se reuniram nesta data, na sede do Randonprev, os membros deste Conselho, com a finalidade de examinar as demonstrações financeiras e contábeis realizadas durante o exercício de 2014. Concluída a análise dos documentos relacionados ao final deste Parecer, restou verificada a exatidão das contas apresentadas e o atendimento às normas contábeis e financeiras vigentes, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, bem como ao previsto no Estatuto do Randonprev. Assim, decidiram pela emissão deste Parecer, favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis que refletem as atividades do Randonprev relativas ao exercício social findo em 31/12/2014.

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Parecer emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes;

- i) Parecer Atuarial emitido pela Towers Watson Consultoria Ltda., contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev realizada com dados cadastrais posicionados em 31/8/2014.

Caxias do Sul, 26 de març  de 2015.

Mauricéia dos Santos Couto
Presidente

Neide Nazareno Dallarosa
Conselheiro efetivo Representante dos Participantes

Tânia Ines Sartori
Conselheira efetiva Representante das Patrocinadoras



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



DATA, HORA E LOCAL: Em 27 de março de 2015, às 16 horas, na sede social, localizada na Av. Abramo Randon, nº 770, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente, Sr. Alexandre Randon, que convidou a mim, Alexandre Dorival Gazzi para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **1)** as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2014; e **2)** o Plano de Custeio do Plano de Benefícios Randonprev para o exercício de 2015.

ESCLARECIMENTOS: Em observância as disposições estatutárias vigentes foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. O Sr. Presidente informou que a reunião tem por objetivo deliberar sobre os assuntos tratados na Ordem do Dia, cujos materiais foram entregues aos presentes. **1) as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2014:** Preliminarmente, o Sr. Presidente lembrou a todos que o art. 3º da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/9/2009, prevê a obrigatoriedade de as entidades fechadas de previdência complementar apresentarem anualmente à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC as demonstrações contábeis anuais. Em complementação, informou que de acordo com o disposto no item 17 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, alterado pela Resolução CNPC nº 12, de 19/8/2013, comporá as demonstrações contábeis os seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa

com o exercício anterior; **e)** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes; **i)** Parecer Atuarial emitido pela Towers Watson Consultoria Ltda., contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev realizada com dados cadastrais posicionados em 31/8/2014; **j)** Parecer do Conselho Fiscal do RANDONPREV; e **k)** Manifestac o do Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrações Contábeis. Dando continuidade   reunião, o Sr. Presidente ressaltou que os documentos mencionados nas alíneas “a” a “g”, na forma do disposto no item 18 do Anexo C da Resolução MPS/CNPC n  8, de 31/10/2011, alterado pela Resolução CNPC n  12, de 19/8/2013, estão devidamente assinados e rubricados pelo dirigente máximo do RANDONPREV, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, identificado por seu nome completo, cargo, n  do CPF e n  do CRC – Conselho Regional de Contabilidade. O Sr. Presidente salientou que, em atendimento ao disposto no artigo 4º da Instru o MPS/SPC n  34, de 24/9/2009, após a manifestação deste Conselho todos os documentos, incluindo a presente ata de reunião, deverão ser enviados, pela Diretoria Executiva,   Superintendência Nacional de Previdência Complementar- PREVIC, por meio do Sistema de Captação de Dados disponível na página eletr nica do Ministério da Previdência Social – SICADI até o dia 31/3/2015. **2) o Plano de Custeio do Plano de Benefícios Randonprev para o exercício de 2015:** No que se refere a este t pico, o Sr. Presidente informou que em 10/3/2015 o atuário responsável pelo Plano de Benefícios Randonprev emitiu o Parecer Atuarial, no qual estão estimados os custos do referido Plano com vigência a partir de 1 /1/2015,

observadas as disposições regulamentares vigentes, quais sejam. **2.1) Contribuições das patrocinadoras:** 0,89% sobre a folha de salários de participantes, sendo 0,26% para custeio do benefício mínimo e da parcela de benefício definido dos benefícios do Plano, e 0,63% para a cobertura das despesas administrativas. Adicionalmente, as patrocinadoras efetuarão as contribuições definidas no Regulamento, estimadas em 1,16% da folha de salários de participantes correspondente à contribuição normal e 0,01% correspondente à contribuição especial, na hipótese de todos os empregados elegíveis a efetuar contribuições ao plano o façam pelo percentual máximo. As patrocinadoras poderão utilizar durante o ano de 2015, mediante reversão mensal, os recursos existentes no “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011”, desde que sejam suficientes para financiar as contribuições normais mensais da patrocinadora (contribuição para cobertura do benefício mínimo e da parcela de benefício definido dos benefícios do Plano, bem como as contribuições definidas no Regulamento do Plano). Esgotados os recursos existentes no “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011” ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura dessas contribuições do mês as patrocinadoras deverão retomar o recolhimento mensal das contribuições. **2.2) Contribuições dos participantes:** 0,69% da folha de salários de participantes, sendo 0,66% correspondente à contribuição básica e 0,03% correspondente à contribuição adicional, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 31/8/2014. Com relação aos autopatrocinados, foi definido pelo atuário que estes participantes deverão efetuar as contribuições de participantes e de patrocinadoras definidas no Regulamento do Plano de Benefícios Randonprev além da contribuição correspondente a 0,26% do salário de participação para cobertura do benefício mínimo e da parcela relativa ao benefício definido dos benefícios do Plano. Para custeio das despesas administrativas, os autopatrocinados e os que estão aguardando o recebimento do

benefício proporcional deverão recolher ao Plano 0,63% do salário de participação.

DELIBERAÇÃO: Após amplo debate entre os membros presentes foram aprovados, por unanimidade: **1)** as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2014 que refletem as operações financeiras e contábeis do RANDONPREV no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos apresentados; e **2)** o Plano de Custeio do Plano de Benefícios Randonprev para o exercício de 2015.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Caxias do Sul, 27 de março de 2015.

Alexandre Randon

Presidente

Alexandre Dorival Gazzi

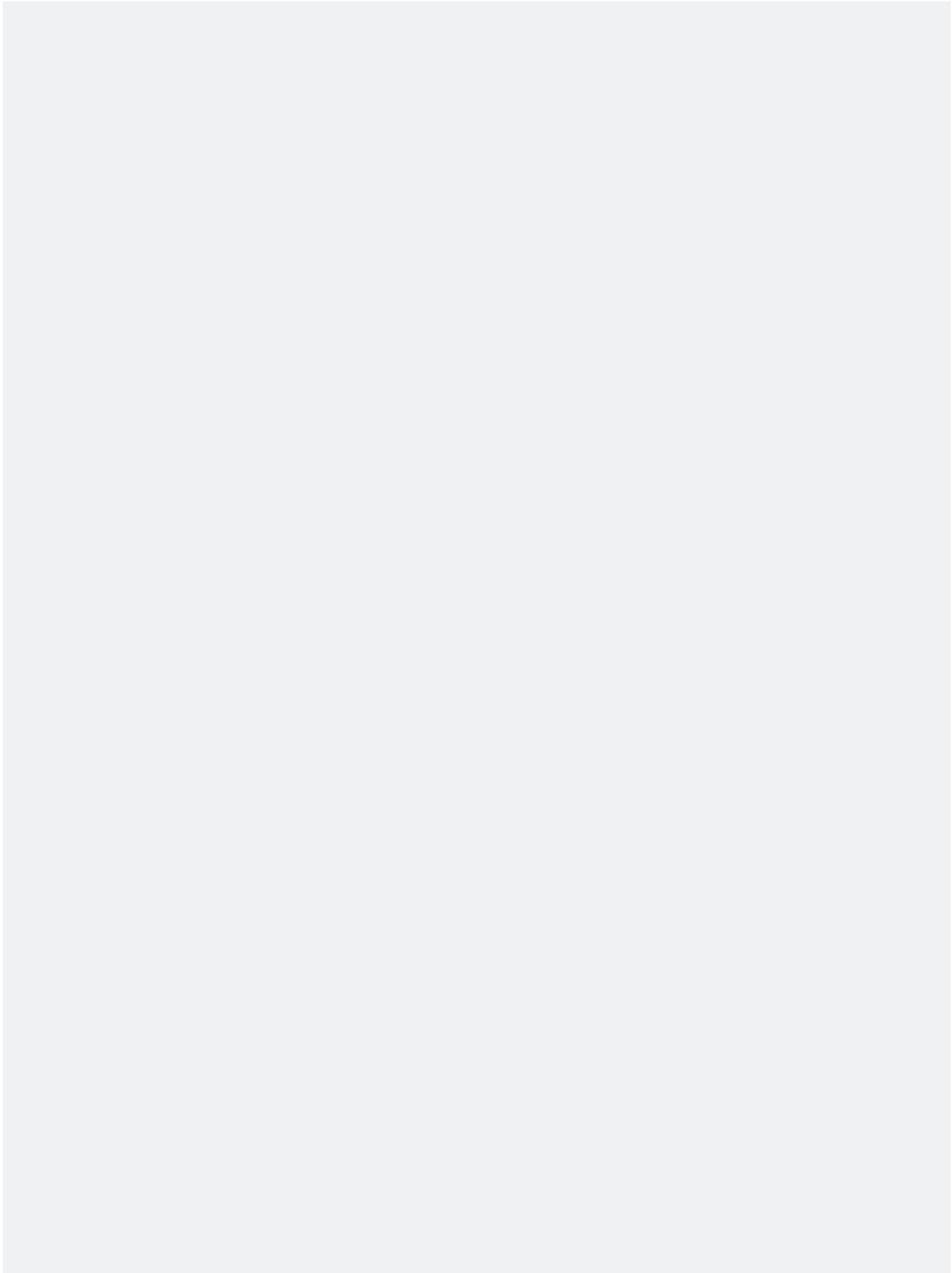
Vice-presidente

Daniel Raul Randon

Conselheiro

João Pedro Crespi

Conselheiro



RESUMO DO
DEMONSTRATIVO
DE INVESTIMENTOS
em 2014

Veja, a seguir, um resumo dos investimentos realizados pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão para o Plano de Benefícios Randonprev e para o Plano de Gestão Administrativa – PGA.

RECURSOS DA ENTIDADE – CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL

	Plano de Benefícios Randonprev	PGA
Total Demonstrativo de Investimentos	253.534.948,76	1.270.097,39
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	253.534.854,66	1.270.187,75
Diferença	94,10	90,36

ALOCAÇÃO DE RECURSOS – CARTEIRA PRÓPRIA

	Plano de Benefícios Randonprev	PGA
Depósitos	12.914,12	126,47
Ações	16.685.547,78	82.844,58
Valores a Pagar/Receber	-345.444,38	248,98
Total	16.353.017,52	83.220,03

ALOCAÇÃO DE RECURSOS – FUNDOS (1º NÍVEL)

	Plano de Benefícios Randonprev	PGA
01.498.756/0001-75	5.332.980,90	27.019,05
01.601.394/0001-04	4.684.658,63	23.734,38
03.683.056/0001-86	2.440.901,72	12.223,27
04.160.551/0001-73	25.041.541,29	126.870,64
04.751.820/0001-76	11.801.505,59	59.791,23
07.796.185/0001-31	13.652.703,80	68.368,49
08.170.146/0001-97	3.050.392,43	15.454,53
09.343.920/0001-87	4.317.606,40	21.874,75
09.344.955/0001-30	3.416.255,48	17.308,14
09.344.965/0001-76	6.771.081,97	34.305,05
10.563.082/0001-36	3.721.656,68	18.855,42
10.563.094/0001-60	7.610.972,44	38.560,28
11.016.883/0001-44	123.783.088,76	614.589,26
11.419.811/0001-48	3.409.158,61	17.272,18
13.401.215/0001-66	5.301.727,34	26.323,34
16.718.275/0001-03	7.748.392,06	38.801,53
17.073.556/0001-00	2.612.850,02	13.084,34
17.412.472/0001-54	2.484.457,01	12.441,38
Total	237.181.931,23	1.186.877,35

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO ANO DE 2014

	Bruta	Líquida
Renda Fixa	12,30%	12,02%
Renda Variável	-7,18%	-7,63%
Investimentos Estruturados	11,47%	10,70%
Investimentos no Exterior	24,54%	25,30%
Total	8,06%	7,61%

As rentabilidades aqui apresentadas foram auferidas com base na metodologia GIPS utilizada pela Towers Watson e podem ser diferentes daquelas calculadas pelos gestores dos investimentos e/ou por meio da cota do plano.

INFORMAÇÕES SOBRE A
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
em 2014

As informações a seguir aplicam-se ao **Plano de Benefícios Randonprev** e ao **Plano de Gestão Administrativa**.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por plano/segmento - período de referência: 01/2014 a 12/2014

Participação	Plano/segmento	Percentual indexador	Indexador	Taxa de juros a.a.
100,00%	Plano	100,00%	IGP-DI	5,00%
100,00%	Renda Fixa	100,00%	IMA Geral	0,00%
100,00%	Renda Variável	100,00%	IBrX	0,00%
100,00%	Investimentos Estruturados	100,00%	DI-CETIP	5,00%
100,00%	Investimentos no Exterior	100,00%	MSCI-World	0,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Data de aprovação pelo conselho deliberativo: 27/12/2013

Administrador estatutário tecnicamente qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	ADEMAR SALVADOR	220.575.790-34	DIRETOR

CONTROLE DE RISCOS

Risco de mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco de contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Risco legal

Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de referência: 01/2014 a 12/2014

Plano de Benefícios Randonprev

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	40,00%	100,00%	80,00%
Renda Variável	0,00%	50,00%	15,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	5,00%

Plano de Gestão Administrativa

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	60,00%	100,00%	80,00%
Renda Variável	0,00%	30,00%	15,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	5,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos: Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

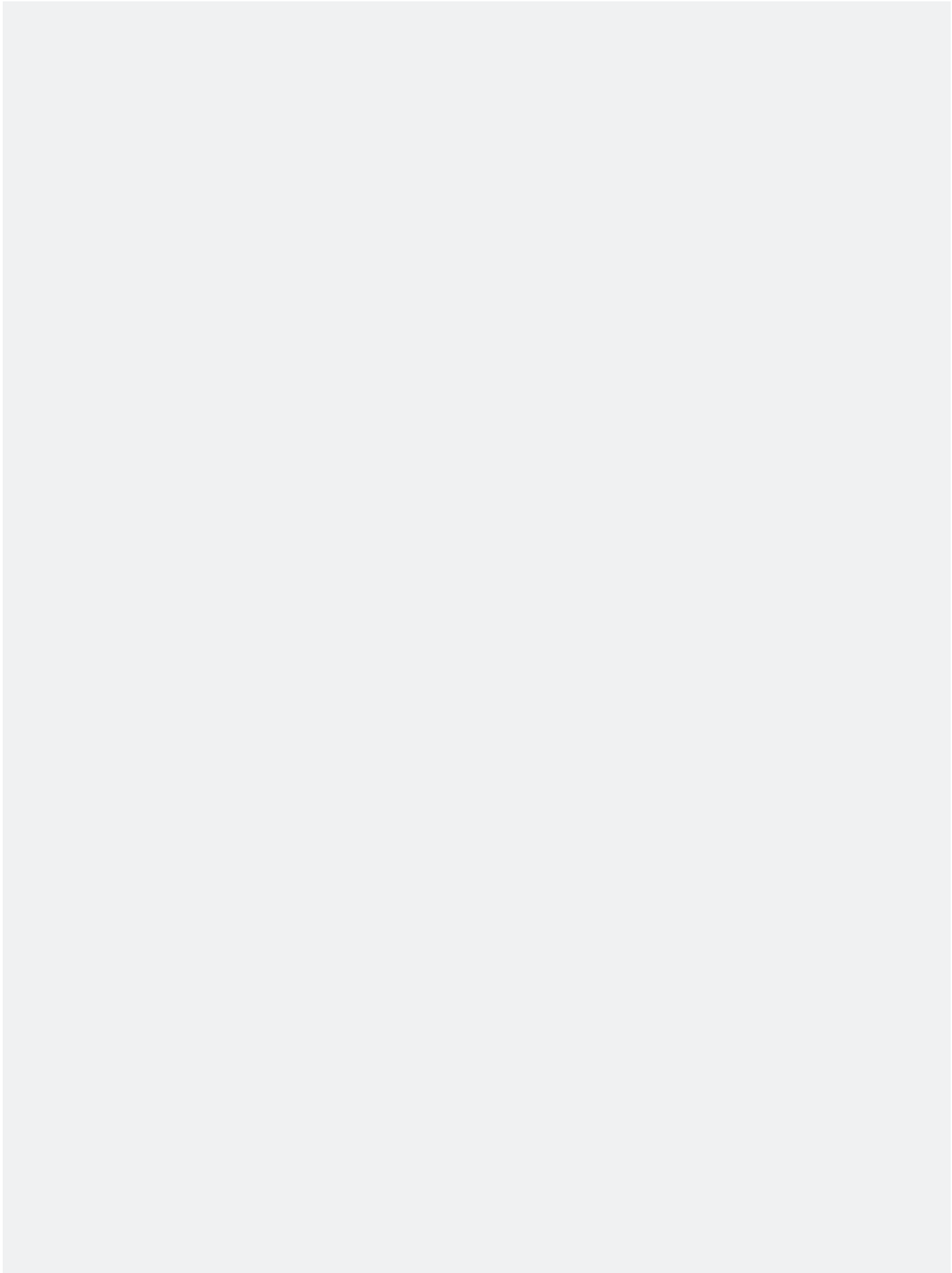
Observação

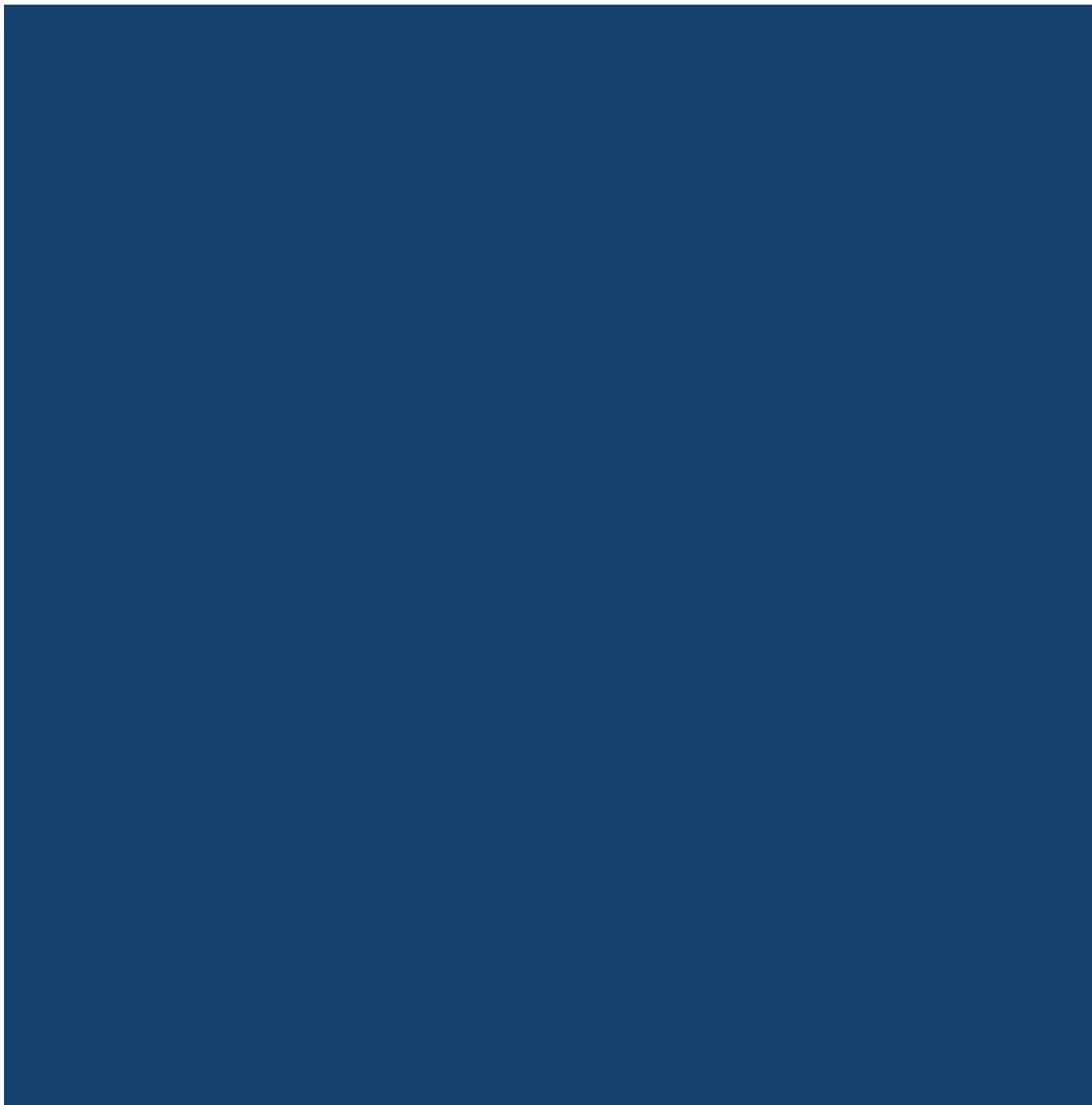
A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, com o apoio da consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação de ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores de recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

PERFIS DE INVESTIMENTO

O Plano de Benefícios Randonprev oferece aos participantes 3 perfis de investimentos distintos. Veja os percentuais mínimo e máximo de alocação de cada segmento por perfil:

Segmento	Renda Fixa	Renda Variável	Investimentos Estruturados	Investimentos no Exterior
Conservador	90% a 100%	-	0% a 10%	-
Moderado	70% a 100%	0% a 20%	0% a 10%	0% a 10%
Agressivo	40% a 100%	0% a 50%	0% a 10%	0% a 10%





RANDONPREV

